



O ESTADO DE MINAS GERAIS E A POBREZA (1898-1920)

INTRODUÇÃO

Como um problema social sem precedentes, a pobreza tem suscitado debates variados bem como a busca por estratégias capazes de minimizar seus efeitos devastadores. A assistência adquiriu, portanto, um caráter imprescindível no enfrentamento da chamada ‘questão social’, através de iniciativas da própria sociedade civil e também do poder público. Deste modo, as tentativas de solucionar tal questão remontam às primeiras leis voltadas para os pobres em meados do século XVI (Kidd, 1999: 17) e chegam, atualmente, aos modelos de previdência social que conhecemos.

A atenção da sociedade e do Estado para com os pobres, ou a presença de uma ‘questão social’, apresenta variações relacionadas ao contexto histórico. Para Robert Castel, no período medieval apenas a pobreza por opção era valorizada. Ela era utilizada pelos pretensos pecadores com o fim de se eximirem de suas culpas. Por outro lado, os que lhes ajudavam também tinham seus pecados perdoados, através da ajuda caridosa aos pobres. Esta relação fundamentava a chamada ‘economia da salvação’, que segundo Castel propiciava o estabelecimento de um comércio entre ricos e pobres, vantajoso para ambos e que colocou a pobreza como um valor de troca (Castels, 1998: 63-65).

Tal valor de troca fundamentava as relações de reciprocidade (Godelier, 2001): algumas necessidades materiais dos pobres eram satisfeitas e, de certo modo, as necessidades espirituais dos doadores eram atendidas. O doador recebia, em troca de sua doação,

*Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil*

um contradom, expresso através de obrigações que ficavam subentendidas pelos pobres, como o exemplo das orações feitas para os mortos que haviam deixado algum tipo de legado em seus testamentos.

Castel destaca determinados acontecimentos cruciais, a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos, por exemplo, como desencadeadores do que ele denominou de '*desconversão da sociedade feudal*', caracterizada por uma série de mudanças que aconteceram a partir de meados do século XIV. As práticas sociais responsáveis pela manutenção das redes de solidariedade foram afetadas, bem como, o sistema de proteção horizontal constituído desde o início da Idade Média, o qual cedeu espaço às novas ordenações sociais e a estruturas que combinavam continuidade e mudança.

Este contexto de transição seria caracterizado pela pulverização dos costumes diante de uma mobilidade 'incontrolável' dos camponeses que, apartados da terra, na condição de *desfilhados* (indigentes válidos), emigravam em grande número para as cidades. Imigrantes rurais, sem qualificação nenhuma, a disputar empregos com mestres de ofício e artesãos. Ao analisar a situação de grande parte da população europeia neste período, que marca o processo inicial da pauperização de massa, Castel relembra Geremek ao falar da 'a-funcionalidade' da mão de obra camponesa: sem sua cultura solidária tradicional e sem as proteções por ela proporcionadas, os antigos camponeses se tornaram, naquele momento, estrangeiros em relação à dinâmica urbana, aos suportes econômicos e às relações ligadas à cultura da cidade.

Portanto, Castel conclui que, apesar de ter se originado das mutações nas estruturas agrárias, foi na cidade que o pauperismo se manifestou e ainda se manifesta mais amplamente. Segundo o autor, a 'população residual' do século XIV não era somente uma reserva de mão de obra, um exército de reserva, mas era formada por indivíduos desterritorializados e que não encontravam um lugar na organização tradicional do trabalho. Havia demanda de mão de obra, em contraste com sujeitos sem qualificação para assumir os postos de trabalho. Num primeiro momento, tais indivíduos 'disponíveis' não eram imediatamente recrutáveis e, por muito tempo, não teriam nenhum lugar neste código específico do trabalho (Castels, *apud* Geremek, 1995: 112-113).

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

O destino desses *desfiliados* atravessou todas as sociedades europeias até o fim do Antigo Regime; excluídos dos laços comunitários por não pertencerem a nenhum 'estado' social, passaram a ser reconhecidos como vagabundos, deslocados para as alas sociais mais marginais. Até o século XVI ser um vagabundo significava ser um indivíduo com má fama: ociosos, malabaristas, mendigos, velhacos, jogadores, prostitutas, entre outros. A partir daí, o surgimento das novas relações econômicas e sociais, advindas da crise do sistema feudal e do desenvolvimento pré-capitalista, fez com que à categoria de vagabundo se acrescentassem mais duas características: a ausência de trabalho, vista como falta de 'vontade' de trabalhar do indivíduo; e o fato de ser *'sem fê nem lei'*, o que queria dizer sem pertencimento comunitário.

Sandra Cavallo, ao analisar as formas de assistência na Itália, afirma que o século XVI foi marcado pela laicização do socorro público, através de instituições como as guildas e irmandades, além dos socorros prestados pela administração das cidades. Durante este período, a assistência se dava de maneira anônima, direcionada para aqueles *'que ainda tivessem suas raízes comunais bem fincadas'*, situação que se modificou no final do século XVII quando tal modelo de caridade sofreu alterações (Cavallo, 1998).

Segundo Cavallo, tais mudanças se explicam devido à transformação das cidades em espaço de competição entre diferentes setores da elite que se sentiam ameaçados pelo surgimento de novos grupos sociais. Estrategicamente, a elite *'investiu na construção de instituições de segregação dos pobres'*, para manter seu capital simbólico (Bourdieu, 1996) e demonstrar a sua generosidade. O pobre já não estava mais inserido na comunidade e passou a sofrer um progressivo isolamento.

As mudanças nas formas de auxílio refletiam o aparecimento da indigência *'como um fenômeno de massa'*, o que ocorreu por volta de fins do século XVII e durante todo o século XVIII. Até então, a presença de um grande número de indigentes, mendigos e vagabundos, constantemente citados na literatura da época, era vista como atípica e designava pessoas *'fora do regime comum'*. De certo modo, tais indigentes pouco alteravam a imagem de uma sociedade equilibrada. A situação se modificou a partir do fim do século XVII, quando houve uma tomada de consciência da vul-

Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil

nerabilidade de massa, da miséria e de seus riscos de dissociação social, que passaram a atingir não só os assistidos e os desfiliaados, ou os elementos marginais daquela sociedade, mas também boa parte da população em geral.

Urbanização, imigração e revolução industrial, trouxeram mudanças radicais e arrastaram parte considerável das pessoas à miséria e à pobreza. A queda do Antigo Regime e a resposta liberal à questão social não funcionaram, pois o princípio do livre acesso ao trabalho abriu uma era de conflitos e o processo crescente de industrialização resultou no pauperismo. A industrialização criou a desfiliação de massa e colocou em pauta o que Castel denominou de '*política social sem estado*'. Era necessário cuidar dos pobres para preservar a ordem social, mas cabia à sociedade realizar tal tarefa.

O pauperismo sancionou '*o fracasso do otimismo liberal modelo século XVIII*' e representou uma ruptura com o passado, além de uma ruptura na organização do trabalho. Que tipo de modernidade traria consigo uma desagregação social completa? Como lidar com o progresso e a desfiliação maciça dos indivíduos no cerne do processo de produção de riquezas? O 'homem novo', que surgiu com o avanço das tecnologias e com a inovação dos meios de produção, não correspondia à realidade da grande massa de trabalhadores explorados, empobrecidos, que só possuíam sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Tais questionamentos atravessaram os fins do século XVIII e chegaram ao XIX.

Na Europa a preocupação com os pobres existiu desde a Idade Média e, no Brasil, tal preocupação esteve presente também muito cedo, através da existência de instituições de caridade, laicas e religiosas, fundadas desde a Colônia como também manifesta através das constantes doações do Imperador em auxílio aos pobres. Sobre este tema, o trabalho de Laura de Mello e Souza, lançado nos anos 80 do século XX, traz uma abordagem pioneira ao discutir a pobreza através da criação do conceito de *desclassificação social* para caracterizar a imensa categoria de pobres existentes nas Minas Gerais setecentista (Souza, 1986).

A temática passou a ser revisitada e surgiram outras pesquisas, boa parte delas voltadas para o estudo da infância desvalida, com destaque para os trabalhos de Renato Pinto Venâncio. Sua tese

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

de mestrado, *Infância sem destino*: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII foi uma contribuição importante para o estudo do abandono em paróquias rurais e urbanas no Rio de Janeiro, no mesmo período. Já o livro *Famílias Abandonadas* é uma versão resumida da sua tese de doutorado intitulada *Casa da Roda: Institution d'assistance infatille au Brésil – XVIIIe et XIXe siècles*, na qual analisa as instituições que recolhiam os expostos através das Santas Casas de Misericórdia da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro. Recentemente Venâncio organizou o livro *Uma história social do abandono de crianças*: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII–XX. A obra reúne artigos variados que tratam desde a comparação entre os ‘enjeitados’ do Brasil e de Portugal, até a transição do conceito de ‘exposto’ para o de ‘menor abandonado’.

Entre as pesquisas desenvolvidas sobre a temática da pobreza e assistência destacam-se também as de Irene e Irma Rizzini. Relacionadas à infância abandonada no Brasil, essas obras representam boa parte da produção acadêmica nacional ligada à assistência. Os trabalhos das irmãs abordam o papel social atribuído à infância caracterizada como pobre e abandonada (material e moralmente), como também a legislação. Ambas destacam que o foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência (Rizzini, 2006).¹

Em se tratando especificamente das Santas Casas de Misericórdia, instituições que centralizaram boa parte dos socorros públicos no Brasil, Gisele Sanglard apresenta importante estudo sobre

Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil

1 Irene Rizzini, *O Movimento de Salvação da Criança no Brasil: Idéias e Práticas Correntes de Assistência à Infância Pobre na Passagem do Século XIX para o XX*. Congresso Brasa VIII Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA 13–16 de outubro de 2006, p. 5. Ver também: Francisco Pilotti, Irene Rizzini (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: EDUSU/AMAIS, 1995). Irene Rizzini. *O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997). Irene Rizzini, ‘Pequenos trabalhadores do Brasil’. In Mary Del Priori (org.), *História das Crianças no Brasil*. 2 ed. (São Paulo: Contexto, 2000). Irene Rizzini, *Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil* (Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989).

o modelo assistencial baseado em suas ações. Afirmar que essas instituições detiveram o privilégio dos serviços assistenciais, reunindo as elites em torno de ideais comuns, pautados no discurso caritativo e posteriormente filantrópico (Sanglard, 2008).² Liliâne Alves Fernandes dá ênfase à sua expansão durante o período de consolidação da República brasileira, mais concretamente entre 1922 a 1945. Sua pesquisa demonstra que as Santas Casas se fortaleceram no segmento de assistência médica, tornando o Estado brasileiro dependente das suas atividades. O trabalho discute ainda o imaginário social da caridade e filantropia e a forma como tais preceitos configuraram a assistência médico-social no país (Fernandes, 2009).

Cabe citar, ainda, as pesquisas de Luciana de Araújo Pinheiro (Pinheiro, 2003), que trata do auxílio à infância desvalida no Rio de Janeiro, entre 1879 e 1889 e também a de Cláudia Tomaschewski, que abarca um período próximo ao deste projeto (1847 a 1922). Neste último, a autora enfoca a caridade e a filantropia na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS) (Tomaschewski, 2007).

Para o estado de Minas Gerais, de forma mais específica, alguns trabalhos merecem destaque, como o artigo ‘Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775–1875’, escrito por Renato Pinto Venâncio em 2000, que trata do fenômeno do abandono nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores em Catas Altas. Venâncio destaca que o número elevado de enjeitados resultavam de uma lógica reversa: o abandono era uma forma de proteção, pois acreditavam estar livrando o órfão de um ambiente de trabalho pesado e penúria (Venancio, 2000).

Sobre auxílio à pobreza na capital do estado, a tese de doutorado de Marco Antônio de Souza, publicada em 2004, intitulada ‘A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte’ trabalha a filantropia como forma de dominação e disciplinarização dos indivíduos (Souza, 2004). Utiliza a noção de ‘economia da caridade’ para definir a atuação de algumas instituições de caridade que assistiam os filhos de operários pobres

2 As diferenças entre os termos filantropia e caridade serão abordadas posteriormente.

em Belo Horizonte. O autor destaca a atuação da Santa Casa de Misericórdia e do Instituto João Pinheiro.

Há também a pesquisa de Jefferson de Almeida Pinto, do ano de 2008, sobre o processo de controle social formal e informal sobre a pobreza urbana em Juiz de Fora, na passagem para a modernidade, século XIX ao XX (Pinto, 2008). Almeida focaliza a atuação da polícia e da Igreja Católica, através de ações e projetos direcionados para a manutenção da ordem na cidade. Tais projetos, voltados para a resolução dos problemas sociais frente à crescente criminalidade, estavam ligados ao temor das elites em perder o controle sobre a massa trabalhadora e também sobre o mercado de trabalho, na cidade e na região. As autoridades policiais não sabiam o que fazer com mendigos, vadios, menores, loucos, doentes, idosos, entre outros, abandonados em suas celas. Neste contexto, na busca pelo combate ao crescente processo de secularização característico do período, o projeto do clero romanizado da cidade passa a atuar sobre os considerados 'verdadeiros pobres' e sem nenhum tipo de amparo.

É relevante registrar ainda os trabalhos de Thais Nivia de Lima Fonseca, que publicou artigo em 2008 sobre o papel das irmandades leigas e ordens terceiras em Minas Gerais, no século XVIII e primeiras décadas do XIX. De acordo com Fonseca as irmandades garantiam 'inserção social e proteção, principalmente para os segmentos menos favorecidos'. Em situações de risco, providenciavam ajuda como empréstimos de dinheiro em casos de doença, viuvez ou orfandade, garantiam o sepultamento e a celebração de missas pelas almas. Além disso, os pobres podiam eventualmente aprender a ler, escrever e contar (Fonseca, 2008).

Outro trabalho é o de Patrícia Ferreira dos Santos, 'As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII', aprovado para publicação em 2011. Em seu artigo, ela analisa algumas ações da hierarquia eclesiástica e secular na diocese de Mariana com o objetivo de direcionar esmoleres e ermitães à caridade institucional. A autora conclui a partir de documentos como cartas e atas de visitas pastorais do século XVIII, que estabeleciam penas de prisões e confiscos de cofres aos pedintes sem licenças, que Estado e a Igreja procuravam, de certa forma, impedir

*Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil*

a evasão das contribuições, e reprimir a prática de benzedeiros e curandeiros (Santos, 2003).

Boa parte das pesquisas demonstra que, com a inserção gradativa do país no sistema capitalista, os pobres vivenciaram um processo de exclusão em um contexto no qual a urbanização dos espaços públicos e as mudanças no mercado de trabalho os colocavam cada vez mais à margem da sociedade, diluindo as relações horizontais de solidariedade existentes entre eles. Em meio a um contingente enorme de imigrantes e de homens do campo que buscavam melhores oportunidades de vida nas cidades, a pobreza emergiu como uma questão social importante no Brasil, ao final do século XIX. Acrescenta-se à imigração e ao êxodo rural, os negros recém libertos que também se dirigiram para as cidades, sem ocupação e sem moradia e ainda convivendo com estigma da escravidão, para se juntar aos já desafortunados que precisavam da assistência alheia.

No caso de Minas Gerais, como em grande parte dos estados brasileiros, os socorros iniciais à pobreza se originaram das irmandades e congregações religiosas, através das inúmeras Santas Casas de Misericórdia existentes. No período imediato à abolição da escravatura, essas instituições de caridade se responsabilizaram pelo auxílio aos pobres, aos indigentes em geral, aos órfãos, aos mendigos, às viúvas, inválidos e doentes de todo tipo. No decorrer da pesquisa foram identificadas inúmeras casas de caridade, como eram chamadas as Santas Casas, espalhadas pelas cidades mineiras. Estas desempenharam um importante papel na distribuição da assistência de forma geral; como também em seu processo de institucionalização.

As práticas assistenciais estiveram presentes em Minas Gerais desde muito cedo e, no decorrer do período imperial, já existia uma rede assistencial que se ramificava pelo território mineiro e que contava com algum subsídio do estado. Entretanto, este quadro sofreu alterações diante das mudanças ocorridas no país a partir da abolição e da inserção do trabalho assalariado. Através da pesquisa de doutoramento, temos observado que tanto a sociedade quanto o estado de Minas Gerais reconfiguraram suas formas de atuação quanto ao auxílio aos desvalidos diante

destas mudanças, o que levou à progressiva institucionalização da assistência.

Nas décadas finais do século XIX, os socorros que inicialmente se concentravam nas Santas Casas de Misericórdia foram separados e as Misericórdias especializaram-se como espaços de cura. Com o advento do regime republicano, o movimento de especialização da assistência continuou e surgiram instituições destinadas aos cuidados de crianças abandonadas, idosos, loucos: asilos, orfanatos, hospícios passaram a compor o quadro de associações destinadas a socorrer os desvalidos.

A documentação produzida pelas casas de caridade do estado de Minas Gerais permite compreender a organização e distribuição da assistência em seu âmbito privado, resultante das iniciativas caritativas e filantrópicas oriundas da própria sociedade diante da pauperização. Já os documentos oficiais, produzidos pelo governo mineiro, via Secretaria do Interior, através do setor de Saúde e Assistência Pública, fornecem elementos para a análise das propostas e iniciativas do estado de Minas quando confrontado com a amplitude de sua questão social.

Durante a elaboração da qualificação e no decorrer da pesquisa de doutoramento, houve a percepção de que as Misericórdias ocupam um lugar fundamental na história da assistência no Brasil e em Minas Gerais. Este fato torna impossível compreender a constituição do campo assistencial em Minas sem destinar uma atenção especial às Santas Casas. Elas são analisadas, contudo, como parte do aparelho assistencial mineiro e não como objeto central deste estudo. Importante destacar que os quadros de enfermos destas casas de caridade são instrumentos de análise indispensáveis para a percepção de ‘quem eram os pobres’, os ‘desvalidos’ que necessitavam da caridade alheia.

Um grande número de asilos e orfanatos, com inúmeros relatórios de funcionamento, balanços financeiros, quadros de internos e de asilados, muitos deles com detalhes sobre cor, profissão e idade, compõem a documentação sobre a assistência pública e privada em Minas Gerais. O socorro aos pobres alienados não foi abordado por se tratar de um tema amplo e que, pela quantidade de fontes disponíveis, implicaria na elaboração de outra pesquisa, com objetivos diversos da que se encontra em desenvolvimento.

A tese abarca um recorte temporal que vai de 1888 a 1923 e tem como marco inicial a abolição da escravidão no Brasil, devido às transformações sociais profundas que o fim da escravidão impôs ao país. No estado de Minas Gerais, à época da abolição, existia um grande contingente de escravos que, libertos, passaram a depender da caridade e assistência alheia. O marco final, o ano de 1923, foi escolhido porque, de certo modo, a criação do CNT e a Lei Elói Chaves representa uma iniciativa pioneira por parte do Estado para a universalização da assistência ao trabalhador no Brasil. A lei garantia aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, pensão para herdeiros no caso de falecimento do trabalhador, socorros médicos e medicamentos por preços especiais. Já o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), criado para substituir o Departamento Nacional do Trabalho, foi concebido para atuar como um órgão consultivo do governo em assuntos relacionados ao trabalho e à previdência social, deste modo representava uma forma de regulamentação do setor na década de 1920 (Souza, 2009: 225-226).

A 'QUESTÃO SOCIAL' EM MINAS GERAIS

Na concepção de Hebe Mattos, no pós-abolição teria ocorrido um lento desaparecimento da menção à cor branca como referência à liberdade e à negra como identidade do cativo (Mattos, 1995). Portanto, diante da dificuldade de se precisar o número de libertos e afrodescendentes pelas fontes, presume-se estarmos diante de uma sociedade altamente diversificada, com diferentes gradações de cor, vinculadas direta ou indiretamente ao cativo. Soma-se a esse contexto, a entrada de milhares de imigrantes, em sua maioria italianos, pela política subvencionada do Estado, que certamente ajudou a engrossar as fileiras dos pobres do período.

Se comparado ao caso de São Paulo, por exemplo, onde os 2,1 milhões de imigrantes europeus que entraram para o estado, entre 1888 e 1928, tornaram a presença dos libertos menos perceptível entre os paulistas, em Minas Gerais, a maior província escravista do século XIX, o pós-abolição apresentou contornos diferenciados. Minas contava em seu espaço geográfico com diferentes concen-

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

trações de libertos (mais presentes nas áreas vinculadas à agro exportação); uma grande população afrodescendente, (espalhada por todo seu território) e ainda possuía a presença diminuta, contudo não menos importante, de aproximadamente 60 mil imigrantes europeus, com entrada oficial pelas hospedarias (nas áreas exportadoras, naquelas vinculadas a produção de alimentos e na própria capital-Belo Horizonte) (Monteiro, 1974). Essa população de origem espacial e étnica diversificada é que constituía a grande maioria de pobres, grupo social em foco.

Em artigo sobre os escravos na zona da mata mineira, Luiz Fernando Saraiva afirma que 'era a província de Minas Gerais (especificamente a Zona da Mata) que mais concentrava escravos no Brasil, em atividades predominantemente rurais'. Isso significava cerca de 101.588 escravos, para um total de 286.497 escravos para o ano de 1886 (Saraiva, 2002: 7). Diversos estudos concluem que Minas Gerais apresentou, ao longo do século XIX, a maior população livre e escrava do Brasil (Botelho, 2007: 162).

Quanto à entrada de imigrantes no estado, o serviço foi mais bem organizado na década de 1890, como ocorreu no restante do país. Os imigrantes eram encaminhados para hospedarias em diversas cidades de Minas Gerais (Juiz de Fora, Belo Horizonte, Estação de Vista Alegre, Estação da Soledade); no ano de 1898 o estado de Minas mantinha quatro colônias: em Barbacena, Sabará, Barreiros, Belo Horizonte e São João Del Rey. Juntos, esses núcleos tinham uma população de 1920 indivíduos, sendo que 1360 eram estrangeiros.

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do Brasil em 1872 era de 9.930, 478 milhões de habitantes, dos quais 1.510, 806 milhão eram escravos. Para este mesmo ano, a população do estado de Minas Gerais somava 2.039,735 milhões de habitantes, sendo que 1.047,026 milhão eram homens e 992.709 mil era constituída por mulheres, sem contar 14 paróquias (correspondentes a 62.954 pessoas) que não participaram deste censo. O número de escravos no estado era de 370.459 mil. Em comparação ao ano de 1872, o ano de 1890 apresentou considerável aumento no número de homens e de mulheres, que subiu para 1.627,461 milhão e 1.566, 638 milhão respectivamente (IBGE, 1990: 31–32).

Quadro de dados estatísticos do IBGE para o estado de Minas Gerais de 1900 a 1912³

1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906
3.594,471	3.680,278	3.768,134	3.858,087	3.950,187	4.044,486	4.141,036
1907	1908	1909	1910	1911	1912	
4.239,892	4.317,513	4.397,400	4.497,689	4.555,279	4.628,533	

Quando se trata do crescimento médio anual por capitais do Brasil, Belo Horizonte apresenta, de 1900 a 1910, a taxa de 0,1002% de crescimento. Uma das maiores apresentadas entre as várias capitais presentes no censo do IBGE.⁴ Ainda conforme os dados do IBGE a população de Minas Gerais, cerca de três décadas após a abolição da escravidão no Brasil, em 1920, apresentava um contingente populacional de 2.981,806 homens e 2.906,368 mulheres. As estatísticas demonstram que houve expressivo crescimento demográfico, de quase o dobro da população tanto de homens quanto de mulheres, como é possível observar no quadro abaixo, que traz os números absolutos dos habitantes do estado (IBGE, 1990: 33).

Quadro de dados estatísticos do IBGE para o estado de Minas Gerais com os números absolutos de habitantes⁵

UF	1872	1890	1900	1920
Minas Gerais	2.039,735	3.184,099	3.594,471	5.888,174

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

De acordo com o relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1875, pelo presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo, a emancipação da população escrava no estado

3 Séries Estatísticas do IBGE, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Ver anexo 1.

4 Séries Estatísticas do IBGE, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Ver anexo 2.

5 1 - 1872: os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>

teve início anos antes da abolição. Em parte intitulada 'Elemento Servil' o presidente trata de comunicação recebida do ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, relacionada à libertação de escravos:

Elemento Servil

Em aviso de 6 de abril ultimo comunicou-me o ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas que havia solicitado da fazenda a distribuição do fundo de emancipação pelas diversas províncias, na proporção da respectiva população escrava recomendando por esta ocasião que se fizesse observar as disposições dos artigos 37 a 41 do regulamento aprovado pelo decreto n°3135 de 13 de novembro de 1872, a fim de que, verificado até 31 de dezembro do corrente ano o valor de tantos escravos classificados, quantos possam ser libertados pela quota destinada a esta província, ficassem habilitados os juizes de órfãos a desempenhar a obrigação que lhes é competida no artigo 62 do referido regulamento, declarando livre semelhantes escravos e entregando-lhes as cartas de liberdade.⁶

Continua o relatório, afirmando que em 21 de março de 1875 o referido ministro havia exigido a declaração do número de escravos existentes na província de Minas Gerais, de 1872 a 1874. Sobre o número de escravos, a tesouraria da Fazenda informou que se achavam matriculados na província 326.530 escravos, sendo 177.512 do sexo masculino e do feminino 149.018. O número de filhos livres de mulher escrava chegava a 29.409, sendo 14.781 do sexo masculino e do feminino 14.628. Foram libertados neste período mais de 1200 escravos no estado:

O estado de Minas Gerais apresenta traços peculiares em seu desenvolvimento econômico e social que merecerem atenção. A caracterização de John Wirth, 'mosaico mineiro', registra formas de crescimento diferentes para cada região mineira. Além disso, estas regiões se articularam com outros estados do Brasil e não com seus vizinhos mineiros: o Sul de Minas e o Triângulo mineiro com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro (Pires, 2009, p. 27).

6 BN 482 - Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.15.

Quadro de escravos libertos entre 1872 e 1874 na província de Minas Gerais⁷

Município	Nº de Escravos
Piumhy	22
Diamantina	100
São João batista	31
Santo Antonio do Monte	34
Dores de Marmelada	3
Tamanduá	142
Curvelo	22
Ayuruoca	25
Mariana	101
São João Del Rey	81
Santa Barbara	132
Itabira	43
Passos	46
Conceição	135
Barbacena	36
Grão Mogol	41
Bagagem	40
Pitangui	82
Christina	17
Sete Lagoas	14
Rio Novo	33
Rio Preto	54
Total	1234

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Durante o século XIX, diante do declínio da economia aurífera, ‘as principais regiões da província passam por um processo de reestruturação socioeconômica’ que resultou em uma eco-

7 BN – 482 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.15.

nomia agrária de alimentos, voltada para o mercado interno. Apenas a Zona da Mata mineira representa uma exceção, pois ali se estruturou uma economia agrária de exportação, o que a coloca como a região mais dinâmica da província. Anderson Pires afirma que, apesar de corresponder a apenas 5% do território mineiro, a Zona da Mata foi, até o começo do século XX, a região mais rica de Minas e a principal produtora de café. A região concentrava também 20% da população do estado e, no século XIX, contava com a maior população escrava de Minas Gerais (Pires, 2009: 28).

Logo após a abolição e a proclamação da República, Minas Gerais buscou desenvolver uma política de integração geográfica e dinamização econômica, para lidar com seus problemas internos. Sobre as diferenças regionais do estado, econômicas e políticas, Otávio Dulci admite também que a desarticulação entre as diferentes regiões mineiras representava um problema: população numerosa, espalhada por um território imenso, com o agravante de que nenhum centro urbano, nem mesmo a capital Belo Horizonte, era capaz de polarizar este conjunto. Fatores como a ausência de vias de transporte e de meios de comunicação eram apontados como os responsáveis pelo atraso econômico do estado (Dulci, 1999: 39).

O autor destaca algumas tentativas de sanar esta questão, como a transferência da capital do estado de Ouro Preto para Belo Horizonte, logo no início da República. A criação de Belo Horizonte envolvia a busca por uma economia diferenciada, capaz de alavancar o desenvolvimento de Minas Gerais. Mas foi no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de maio de 1903, organizado pelo governador Francisco Sales, que o debate sobre a economia mineira se solidificou. Dulci ressalta as tensões entre o Estado, a elite política e o mundo da produção em um período de grande inquietação econômica no Brasil (Dulci, 1999: 43-44).

O congresso objetivava analisar a crise do café, em queda desde 1897, e traçar estratégias para a reestruturação econômica mineira. Deste modo, a policultura foi discutida a partir da criação de comissões temáticas, direcionadas aos ramos econômicos com maior peso naquele momento. O incentivo à pecuária, outra atividade importante no estado, e à indústria também foram temas de destaque. João Pinheiro, então Secretário das Finanças, sintetizou as propostas em três pontos: estímulo a iniciativa

particular, com prêmios por parte do governo; auxílio indireto dos poderes públicos para a criação de cooperativas de produção, crédito e circulação; e o protecionismo para as mercadorias nacionais (Dulci, 1999: 44–45).

Dulci assinala que o tipo de intervenção estatal que se preconizava era do tipo ‘indireto’. O estado iria premiar empreendimentos já existentes, mas não subvencionar novos projetos, o que o autor afirma ser um sinal de ‘preocupação em evitar a tutela estatal’. João Pinheiro assumiu o governo do estado após Francisco Sales, falecendo após dois anos de mandato. Contudo, se empenhou em consolidar as metas econômicas que havia idealizado: prioridade à agricultura, já que o setor representava maior possibilidade de ‘geração de empregos e de atender às necessidades básicas da população’ (Dulci, 1999: 46).

Em relação ao eixo do programa de diversificação da economia de Minas Gerais, houve ênfase no empreendedor privado, encarado como o agente capaz de alavancar a modernização calcada ‘no *ethos* empresarial do trabalho e da produtividade’. Assim, Minas se desvencilharia dos rotineiros processos de produção atrasados, ligados ao regime escravista. O estado, neste contexto, coordenaria economicamente os agentes privados, cumprindo seu projeto de modernizar a produção e vencer o atraso técnico imposto pelo escravismo (Dulci, 1999: 48).

Se na economia, a iniciativa privada representava o eixo central de reestruturação do estado, em relação à assistência os relatórios dos presidentes de província demonstram que a sociedade organizada em associações de caridade se responsabilizou, mesmo nos anos iniciais da República, pela distribuição dos socorros em Minas Gerais. No relatório de 1888, que trata do sustento de presos pobres, Luiz Eugenio Horta Barbosa, então presidente, destacou a abertura de concorrência para este tipo de serviço:

[...] Este serviço na capital continua a cargo do cidadão Randolpho Augusto Baeta Neves, mediante a diária de 217 réis. Devendo terminar em breve o prazo de contrato celebrado com aquele cidadão, determinei que para este serviço fosse aberta concorrência, dependendo de decisão a escolha dentre as propostas já oferecidas.⁸

8 BN – Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1888. p.35. Falla que á Assembléa Provincial de Minas Geraes

O próprio estado, em vários discursos, destacou o papel fundamental desempenhado por ‘associações particulares’, dada a incapacidade do governo estadual de se responsabilizar, sozinho, pela organização e distribuição da assistência. Na mensagem de 1900, sobre o socorro a alienados, há ainda um descontentamento em relação ao apoio recebido do governo federal, via hospício nacional. Já que o número de doentes sob a tutela do Estado brasileiro aumentara, este havia avisado de que não iria continuar a ceder os 25 leitos até então destinados a Minas Gerais, como estabelecido em contrato:

[...] Até aqui tem o Estado disposto, por contrato celebrado com o hospício nacional, de vinte e cinco leitos destinados aos seus doentes de alienação mental; esse número de leitos, porém, é inteiramente insuficiente, e como quase sempre estão completas as lotações em estabelecimentos mantidos no Estado por associações particulares e destinado ao tratamento de enfermos desta moléstia, não raro vê-se o governo embaraçado em prestar socorro, como lhe cumpre, a grande numero de infelizes, cujo estado reclama seus cuidados. Além disso, acha-se o Estado ameaçado de ver-se privado mesmo do recurso de que tem disposto de recolher seus enfermos no hospício nacional, pois ultimamente o governo federal, atento ao grande numero aos quais tem necessidade de prestar assistência, manifestou desejo de não renovar o contrato que tem tido com o Estado.⁹

Para as instituições particulares, a ajuda financeira do estado de Minas Gerais era fundamental para que os serviços prestados mantivessem sua regularidade, daí a importância de se elaborar adequadamente os relatórios enviados ao governo estadual. Nos ofícios enviados pela Secretaria do Interior aos provedores das associações de caridade, indeferindo ou não as subvenções, constam também os pareceres dados pelos promotores de justiça. O relatório de 1898 da Santa Casa de São João Del Rei, por exemplo, que na época abrigava também um orfanato, não foi suficiente para cobrir todas as exigências estabelecidas pela legislação

dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao instalar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1° de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888.

9 Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1900. p. 20–21.

mineira, o que se depreende da resposta do secretário do Interior foi a seguinte:

Penso que a exposição que acompanha este requerimento não satisfaz a lei, visto que esta exige o relatório do ano anterior e a exposição se refere ao período de 1896 a 1897. Quanto ao auxílio relativo ao recolhimento de órfãos, cabe à 3ª seção informar. 14/02/1898. M. Alvim. [...] A 3ª seção negou o pedido, devido à falta de informações sobre os órfãos recebidos nos relatórios.¹⁰

Para o ano de 1903 os documentos tratam da manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos pobres dos hospícios. Neste ano, a Secretaria de Saúde e Assistência Pública ordenou o pagamento dos pedidos de subvenção da Sociedade de Caridade de 'Mar de Espanha Estado de Minas Geraes', do Hospital Casa de Caridade de Cataguases, da Casa de Caridade Leopoldinense, da Casa de Caridade da Cidade do Bonfim, e das Santas Casas de Misericórdia de Pitanguy, do Pará, de Mariana, de Ouro Preto, do Serro, de Uberaba, de Sete Lagoas, de Caldas, de Formiga, de Rio Preto, de Itajubá, de Oliveira, de Musambinho, de Diamantina, de Dores do Indayá, de Minas Novas, de Araçuaí, de Lavras, de Montes Claros, de Santa Luzia do Rio dos Tédios, de Itapeçerica, de Dores da Boa Esperança, de Itabira, de Montes Claros, de Sabará, de Campanha e de São João Del Rei.

Tais fontes permitem traçar o perfil da assistência pública em Minas Gerais não só pelo mapeamento das casas de caridade e dos tipos de socorros prestados, mas ainda possibilitam a percepção do alcance das políticas sociais e de manutenção financeira às associações beneficentes subsidiadas pelo governo mineiro. Em outubro de 1903, o Provedor da Casa de Caridade de Sabará pediu o pagamento de 450:000 réis para o Hospital de Lázarus, os pensionistas 'em boa situação' pagavam 100:000 réis por quinzena. Em ofício enviado pela Secretaria do Interior, o governo afirmou que poderia mandar somente a quantia de 45:000 réis por quinzena, 'que é o mínimo estabelecido por lei para doentes não abastados'.¹¹

10 APM. Secretaria do Interior, SI - 1598. 1898- Requisições referentes a pagamentos de hospitais, hospícios, casa de caridade, recibos e notas de vendas.

11 APM. Secretaria do Interior, SI-1631. 1903 - Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios.

Os pedidos de auxílio e a assistência pública abarcavam uma gama de situações criadas pelo pauperismo e que deixavam muitos indivíduos vulneráveis. A assistência privada ia desde cuidados médicos aos despossuídos até a doação de alimentos e hospedagem em casas de caridade. Diante da pauperização crescente, o papel da assistência pública ampliou-se e tomou uma fatia maior do espaço antes ocupado somente pelas associações particulares de caridade. A filantropia e a caridade 'desorganizada' cedem lugar a um processo paulatino de institucionalização dos socorros públicos, que pode ser conferido desde meados do século XIX aos anos iniciais do século XX.

A fiscalização foi uma importante medida para evitar que as subvenções fossem desperdiçadas através de gastos indevidos, como também se transformaram em uma forma de mapeamento do número de pobres socorridos pelos diversos estabelecimentos. Os promotores de justiça de cada comarca fiscalizavam como estava sendo utilizado o dinheiro recebido do governo. Fiscalizar os gastos das casas de caridade era uma ação comum por parte do estado, desde o período imperial. Com a República, ampliaram-se as ações de fiscalização e controle, bem como as exigências em torno das instituições de caridade subvencionadas pelo poder público.

No ano de 1907, o secretário Carvalho de Britto lança a seguinte circular:

Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes
Belo Horizonte, 5 de Julho de 1907

Ao Promotor de Justiça da Comarca de

Querendo conhecer a organização e a vida das inúmeras associações de caridade existentes no Estado. As quaes estão sob vossa imediata fiscalização, ex-vi do disposto no artigo 226 n. 1º da lei 75 de 1903, que as equipara aos menores e interdictos, para o effeito de serem defendidas pelos representantes do ministério público, rogo-vos informes a esta Secretaria, em relatório minucioso:

- a) a organização das associações de caridade existentes em vossa circunscrição;
- b) os nomes de seus actuaes administradores;
- c) o patrimônio de que dispõem e sua espécie.

A este relatório juntareis cópia impressa ou manuscrita, mas authentica:

- a) do último relatório;
- b) das contas prestadas pela administração, em juízo ou fora d'elle, com relação ao anno findo.

Outrossim, sendo algumas dessas associações subvencionadas pelo Estado, determino as fiscalizeis com a máxima regularidade, visitando mensalmente seus hospitais e casas pias.

De tudo que observardes nessas visitas, a que ligo grande importância, fareis lavrar um termo em livro próprio, que vos será fornecido pela associação subvencionada.

Nesse termo mencionareis com clareza:

1° os doentes ou assistidos, com menção do nome de cada um, idade presumível, nacionalidade, estado e côr;

2° as moléstias;

3° o tratamento;

4° a dieta;

5° si no estabelecimento, hospital ou casa pia, são observadas as regras de hygiene hospitalar.

O Governo tem em vista, é evidente, zelar, como lhe cumpre, o patrimônio dos pobres, evitando seja defraudado ou siquer desviado do seu destino.

Pedindo todo o vosso concurso para esta tarefa humanitária, que vos confiou o regulamento do ministério público, espero que vos desempenheis com a convicção de quem sabe cumprir um alto dever.

Saudações

O Secretario do Interior

Carvalho Britto

605-1907¹²

A circular reitera a preocupação do governo em mapear, organizar e fiscalizar a assistência em Minas, seja para controlar a distribuição de verbas, seja para evitar que associações fraudulentas usurpassem dinheiro publico e privado. A esta circular, que demandava uma série de informações sobre as associações de caridade do estado, seguiram-se fartos relatórios, que incluíam quadros de asilados, de órfãos e de enfermos. No 'Termo de Visita da Santa Casa de Piumhy', de 02 de outubro de 1907, o promotor menciona a circular e traz de forma minuciosa o registro dos doentes assistidos pelo hospital:

[...] No desempenho, pois, da obrigação imposta pela circular de 5 de julho dirigida aos representantes do Ministério Público nas diversas comarcas, circular assinada pelo Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, secretário do Interior do Estado de Minas, incumbindo-os da fis-

12 APM. Secretaria do Interior – SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública. SI – 1681. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). Circular de 05 de julho de 1907. Ver anexo n° 3.

calização das inúmeras associações de caridade existentes no mesmo estado [...].¹³

A partir destes documentos é possível perceber que havia um número considerável de negros que recorriam à assistência em Minas Gerais, homens e mulheres vítimas de maus tratos, adoentados, desabrigados, crianças órfãs, idosos, viúvas e também loucos. Podemos observar esta situação através dos relatórios das casas de caridade e também das inspeções, realizadas pelos promotores das comarcas municipais.¹⁴

O quadro de doentes acima é, de certo modo, um retrato social do período: o número de pretos e pardos listados nos relatórios seja de hospitais ou orfanatos ou asilos, é bem maior do que o de brancos. A abolição e a ausência de políticas sociais para os negros recém-libertos geraram consequências diretas na constituição da 'questão social' brasileira, tornando o campo da assistência pública e privada crucial para a sociedade. Na Santa Casa de Caldas, também no termo de visita de 1907, consta a existência de 40 doentes pobres, destes 23 eram pardos, 08 Pretos, 05 brancos e 04 sem menção.¹⁵

Em 1910, a mensagem do presidente de província também fornece importante panorama sobre a assistência no ano de 1909:

Assistência a alienados – Hospício de Barbacena

[...] Continuam varias casas de caridade a ser subvencionadas pelo Estado, que encarrega os promotores de justiça das comarcas onde existem tais estabelecimentos, de fiscaliza-los afim de ver como fazem a aplicação do auxilio que lhes é concedido. Recebem também subvenções diversos asilos e recolhimentos de órfãos e inválidos situados em diversos pontos de nosso território.

Assistência à Infância – Esta espécie de assistência, que se faz tão necessária e da qual devem os poderes públicos cuidar com particu-

13 APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1681. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes).

14 APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1681. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). Registro de Doentes Santa Casa de Misericórdia de Piumhy, outubro de 1907.

15 Ver quadro da página 63.

Registro de Doentes Santa Casa de Misericórdia de Piumhy

Nome	Cor	Idade	Situação	Entrada	Alta
Maria Florência	Preta	10 anos	Contusões na face. comomoção cerebral	29 de março	31 de março, em boas condições
Maria Deolinda	Branca	2 anos	Contusões na face e no corpo	29 de março	30 de março, a pedido, em boas condições
Thomazia Deolinda	Parda	37 anos	Contusões	29 de março	30 de março, em boas condições
Maria Magdalena de Araujo	Parda	13 anos	Contusões no tórax e face	29 de março	31 de março, curada
Euclides	Pardo	6 anos	Comomoção cerebral	29 de março	31 de março, curado
Margarida Cabrita	Preta	55 anos	Contusões	29 de março	04 de abril, curada
Marinha	Preta	4 anos	Contusões no corpo	29 de março	01 de abril
Maria	Preta	3 meses	Contusões	29 de março	31 de março, curada
Maria Justina	Preta	40 anos	Contusões no corpo	29 de março	31 de março
Francisca Vieira	Preta	22 anos	Delirio Traumático	29 de março	02 de abril, curada
Justina Maria de Jesus	Parda	56 anos	Contusões	29 de março	09 de abril, curada
Delfino Caldeira	Pardo	80 anos	Velhice	10 de abril	25 de abril, falecido
Anna Joaquina (Thomé)	Branca	50 anos	Hemorragia Cerebral	06 de abril	30 de maio, a pedido
Joaquim Bento (Passarinho)	Preta	35 anos	Insuficiência mitral	19 de abril	29 de abril, falecido
Carolina Joaquina de Jesus	Parda	30 anos	Febre tifóide	25 de abril	20 de maio
José Antonio Calixto	Parda	37 anos	Sarna e úlceras na perna	28 de abril	17 de maio, curado
José Francisco de Oliveira	Parda	80 anos	Mal de Brighth	19 de maio	04 de julho, falecido
Leonardo José D'Oliveira	Preta	35 anos	Fratura exposta da tibia esquerda	25 de maio	05 de agosto, curado
José Soares de Sá	Branca	14 anos	Asma	25 de maio	Reside no hospital como ajudante

lar carinho, é dada por enquanto, entre nós, apenas pelo 'Instituto João Pinheiro', estabelecida em terrenos da fazenda modelo da Gamelleira, distrito desta capital, e organizado pelo decreto n° 2.416, de 9 de fevereiro do ano próximo passado [...].

A vista dos magníficos resultados que esta oferecendo o Instituto João Pinheiro, resolveu o governo criar em idênticas bases um outro estabelecimento na colônia de Itajubá, e o fez pelo decreto n°2826, de 15 de maio de 1910 [...].¹⁶

Percebe-se que as verbas destinadas à assistência pública cresceram bastante desde 1860, anos finais do Império. A abolição da escravidão no Brasil e a proclamação da República desencadearam um processo de transição política, econômica e social que, de certo modo, contribuíram para transformar um Estado ausente em um Estado que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo.

As correspondências recebidas e expedidas pelo Secretário do Interior, os relatórios das associações beneficentes e santas casas, bem como os termos de visita dos promotores, entre os anos de 1898 e 1923, subsidiam o desenvolvimento da tese. Estas fontes permitem analisar a composição social do período, herdeira de uma tradição escravista responsável pela reprodução da pobreza e marginalização de milhares de indivíduos.

É desta forma que o processo de institucionalização da assistência aos pobres e desvalidos se constrói, a partir da necessidade de socorrer aqueles que, no decorrer do desenvolvimento capitalista do Brasil, foram deixados à margem da vida social e produtiva do país. Um exemplo destas considerações está no quadro de doentes pobres do termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, assinado pelo promotor Theóphilo Pereira em 9 de fevereiro de 1915:¹⁷

Devido ao numero de páginas exigido neste relatório, não foi possível colocar o quadro acima em sua totalidade, mas havia na Santa Casa de BH 190 doentes pobres em 1915. Como se observa,

16 u 294 – Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1910. p. 48.

17 APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1840. 1915 – Avisos de remessas de documentos, lista de asilados, pedido de pagamento de subvenções e documentos referentes a socorro público. Quadro de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Termo de Visita, 1915.

Quadro de doentes pobres do termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte

	Nome	Idade	Cor	Sexo	Profissão	Estado Civil	Naturalidade	Residência
01	João José de Souza	65	Parda	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
02	João Darcy	42	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
03	João Pereira	20	Parda	Masc.	Hortelão	Viúvo	Alemão	Juiz de Fora
04	Raymunda	12	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
05	Fernando Xavier	37	Parda	Masc.	Cozinheiro	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
06	Maria Cesarina	45	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
07	Basilio Rodrigues	70	Parda	Masc.	Doméstica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
08	Ambrizio Marques	82	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
09	Rita Pereira	85	Preta	Fem.	Lavadeira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
10	Leopoldina Francisca Faria	60	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Espanhola	Belo Horizonte
11	José Pereira	14	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
12	Anna Noronha	70	Parda	Fem.	Doméstica	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
13	Carolina Julia de Lima	70	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
14	Baldina Leopoldo	35	Preta	Fem.	Cocheira	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
15	Francisca de Paula	60	Parda	Fem.	Doméstica	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
16	Dorselina Raymunda	71	Parda	Fem.	Lavrador	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
17	Eva Maria de Oliveira	84	Preta	Fem.	Lavrador	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
18	Bemvinda do Nascimento	34	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
19	Manoel Ignacio	115	Parda	Masc.	Doméstica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
20	Severiano Alves dos Santos	78	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
21	Ana Francisca de Jesus	89	Preta	Fem.	Pedreiro	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
22	Maria Theophila	72	Preta	Fem.	Operária	Solteira	Espanhola	Belo Horizonte
23	Ana das Neves	42	Parda	Fem.	Doméstica	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
24	Antonio dos Santos	11	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
25	Francisco de Paula Riba	35	Branca	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
26	Luiz de Rocha	68	Parda	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Pedro Leopoldo
27	Martim Alexandre da Rocha	98	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
28	N.N.	20	Parda	Fem.	Lavadeira	Solteiro	Brasileira	Contagem
29	Domiciano Albano da Cruz	70	Preta	Masc.	Doméstica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
30	Maria Paulina	45	Parda	Fem.	Doméstica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte

eram majoritariamente negros e pardos, com profissões 'desvalorizadas' socialmente: serviços domésticos, lavadeiras e cozinheiros. Os 160 doentes pobres restantes da lista seguem esta mesma caracterização social e econômica, fator importante para se traçar um perfil dos desvalidos da época.

Na mensagem do ano de 1913 o termo 'Assistência Pública' já designava uma área importante de atuação do estado, destacando-se o desenvolvimento da assistência de forma ampla, o que podia ser verificado por meio dos dados existentes na Secretaria do Interior. Organizada de todas as formas, o relator afirma que a assistência atestava 'o desenvolvimento moral e da sentimentalidade afetiva do povo mineiro' e que era de extremo interesse do governo melhorar tal serviço. Obras de ampliação estavam sendo realizadas no Asilo Central e na Colônia de Alienados 'de sorte a tonar mais confortáveis as acomodações e aumentar a capacidade dos pavilhões'. No Asilo Central o governo tinha intenção de construir oficinas para trabalhos manuais, 'já tendo sido instalada uma destinada a aproveitar, no preparo de costuras, o serviço das mulheres asiladas'.¹⁸

As verbas, e sua insuficiência, também voltaram a ser discutidas no começo do século XX. Havia subvenções separadas para assistência a alienados, órfãos, casas de caridade, etc. A lei orçamentária nº 570, de 19 de setembro de 1911, consignou para auxílio às casas de caridade do Estado a importância de 196:000\$000 (29:000\$000 a mais do que em 1911). Em 1912, o número de estabelecimentos de caridade já somavam 84, recebendo todos o auxílio de 2:000\$000 com exceção da Santa Casa da capital, que era contemplada com 24:000\$000.

Apenas 23 destas instituições de caridade não receberam o auxílio do exercício de 1912, pois não entregaram sua prestação de contas. Além dos diversos asilos e casas de recolhimento de órfãos subvencionados pelo Estado, outras associações também recebiam ajuda do governo: a Assistência à Pobreza, da então capital Belo Horizonte; Colégio Maria Auxiliadora, de Ponte Nova; Associação Amante da Instrução e Trabalho e Escola Livre de Música, também da capital.

18 u297 – Mensagem de 1913. Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes. p. 12.

Todos esses auxílios atingiam um montante de 64:200\$000, que somados aos concedidos às casas de caridade, na importância de 196:000\$000, davam um total de 260:000\$000. Durante o exercício de 1912 as despesas feitas por conta da verba ‘Socorros Públicos’ atingiram 422:041\$070, excedendo as referentes ao ano de 1911 em 81:783\$805.¹⁹

A lei nº 542, de 27 de setembro de 1911, autorizou a criação nas imediações de Belo Horizonte, de um Instituto de Inválidos, sob a denominação de ‘Asylo Afonso Penna’. Para isso, o governo comprou da Santa Casa de Belo Horizonte um prédio construído pela mesma, no valor de 58:388\$430. Em 12 de junho de 1912 foi lavrado entre o Estado de Minas Gerais e a Santa Casa de Belo Horizonte um contrato para o serviço de Assistência Pública, no qual o estado contribuiria mensalmente com a quantia de 500\$000. A verba para ‘Socorros Públicos’ do exercício de 1912 foi de 27:000\$000, com a abertura de um crédito suplementar de 395:641\$010, em 12 de abril do mesmo ano.

Em 1914, a subvenção do governo era dada a 91 casas de caridade e 48 instituições pias diversas. No orçamento de 1914 foi consignada a verba de 546:000\$000, para auxílio as casas de caridade existentes no Estado, bem como para os asilos e para a construção e reconstrução dos prédios dessas instituições. O número de casas de caridade subiu para 92, subvencionadas com 2:000\$000, com exceção da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que recebeu 30:000\$000. Vários decretos abriam créditos extraordinários para cobrir as crescentes despesas dos estabelecimentos de assistência.

As loterias, muito utilizadas para arrecadar fundos, foram regulamentadas pela lei 624 de 19 de setembro de 1914, que autorizou o governo a contratar o serviço de extração de loterias do Estado. Desta forma, as subvenções e auxílios até então concedidas às instituições de caridade passaram a depender do resultado dessas loterias, cujo contratante era obrigado a depositar a quantia necessária para os respectivos pagamentos.²⁰

19 u297 – Mensagem de 1913. Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes. p.13.

20 u297 – Mensagem de 1913. Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes. p.14.

No decênio 1907-1916, despendeu o Estado a importância total de 3.190:233\$764 com socorros públicos, como se vê no quadro seguinte:

Exercícios	Verbas Orçamentárias	Despendido	Créditos Suplementares
1907	40:000\$000	31:953\$460	
1908	40:000\$000	267:653\$510	227:653\$810
1909	40:000\$000	158:230\$958	116:230\$956
1910	40:000\$000	353:436\$115	386:436\$411
1911	50:000\$000	340:857\$215	306:857\$215
1912	34:000\$000	423:641\$010	395:641\$010
1913	27:000\$000	470:401\$863	443:401\$863
1914	27:000\$000	412:976\$002	385:976\$002
1915	300:000\$000	356:552\$611	56:552\$611
1916	300:000\$000	374:531\$722	74:531\$722
TOTAL	-	190:233\$764	2.342:281\$000

1

Para o exercício de 1916, o estado de Minas Gerais distribuiu auxílios e subvenções da seguinte forma:

Casas de caridade	Subvenção	Total
104 casas de caridade	1:500\$000	156:000\$000
30 asilos e casas de recolhimento de órfãos	1:500\$000	45:000\$000
6 asilos	1 recebeu 3:000\$000 3 receberam 2:000\$000 2 receberam 500\$	10:000\$000
Santa Casa de Belo Horizonte	36:000\$000	36:000\$000
Asilo Afonso Penna de Belo Horizonte	10:000\$000	10:000\$000
Instituto Pasteur de Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000
Liga Mineira contra a Tuberculose de Juiz de Fora	3:000\$000	3:000\$000
Hospital de Lázarus de Sabará	4:000\$000	4:000\$000
2 Liceus de Artes e Ofícios	3:000\$000	3:000\$000
Instituto Histórico de Minas Gerais	1:000\$000	1:000\$000

2

1 u301 – MENSAGEM de 1917, p.50.

2 u301 – MENSAGEM de 1917, p.50.

Percebe-se que as verbas destinadas à assistência pública cresceram bastante desde 1860, anos finais do Império. A abolição da escravidão no Brasil e a proclamação da República desencadearam um processo de transição política, econômica e social que, de certo modo, contribuíram para transformar um Estado ausente em um Estado que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo. No Império, a ajuda aos pobres era centralizada na figura do Imperador como doador pessoal e como protetor de várias instituições beneficentes. Com o fim da monarquia e com a abolição, a 'questão social' no Brasil assume centralidade e conquista lugar na pauta governamental. Ampliam-se a fiscalização e o controle das verbas destinadas aos socorros dos pobres, a assistência é institucionalizada, pensada e planejada pelo governo. Um documento importante neste processo é a circular de 6 de março de 1923 que, como as outras, exigia informações específicas sobre as associações de caridade do estado de Minas Gerais. Entretanto, a esta circular, foi anexado um questionário que gerou cerca de 200 documentos correspondentes a um amplo mapeamento de todas as instituições de assistência, que exerciam ou não parceria com o estado de Minas, com dados de sua fundação, administração, patrimônio.

O surgimento de instituições especializadas para os diversos tipos de socorros ocorreu em Minas Gerais desde meados do século XIX, quando as próprias Santas Casas iniciaram uma ampliação de sua estrutura física. A construção de novas alas ou prédios, nos terrenos das Misericórdias, boa parte das vezes se direcionava para abrigar idosos, órfãos e alienados. Entre as fontes utilizadas nesta pesquisa, são de extrema importância a circular de nº 605 de julho de 1907, emitida pelo então secretário Carvalho de Britto; e outra circular sem número de 6 de março de 1923 e que possui como anexo um questionário lançado pelo governo de Minas Gerais. A primeira circular reflete a preocupação do governo mineiro em mapear as associações beneficentes existentes no estado, uma tentativa de organizar os serviços assistenciais e de se evitar o mau uso das subvenções. Já o questionário de 1923,

lançado pelo Secretário do Interior Fernando Mello Vianna, ilustra não só o surgimento de um número considerável de casas de caridade, bem como permite analisar como se deu a setorialização dos socorros aos desvalidos. Essas fontes reúnem mais de 200 documentos que trazem informações sobre o tipo de instituições assistenciais de Minas Gerais, local, data de fundação, administração, finanças, manutenção, etc.

A circular de 1907, que será trabalhada de forma mais aprofundada quando for abordada a questão social em Minas Gerais, é voltada para os promotores de justiça das municipalidades e tem o objetivo de ‘conhecer a organização e a vida das inúmeras associações de caridade existentes no estado’. As casas de caridade estavam sob a responsabilidade e fiscalização do município, conforme o artigo 226 n. 1º da lei 75 de 1903, sendo representadas pelo ministério público. As instituições que recebiam subvenções do governo mineiro passariam por uma averiguação mais cuidadosa, reforçada na circular pelas palavras do secretário Carvalho Britto: ‘determino as fiscalizeis com a máxima regularidade, visitando mensalmente seus hospitais e casas pias’.²¹

O questionário criado pelo secretário do Interior em 1923, anexado à circular e destinado aos prefeitos dos municípios, apresentava referências não só a hospitais e casas pias (como na circular de 1907), mas perguntava de forma clara se ‘existem nesse município hospitaes de caridade, casas de saúde, asylos de órfãos, da infância abandonada, da velhice desamparada, de cegos, de surdos-mudos, de loucos e outros que taes?’. Tal detalhamento das associações de auxílio demonstra a especialização da assistência de acordo com os tipos de socorros prestados.²²

Quanto à manutenção destas instituições, as respostas às circulares revelam um número considerável de casas de caridade que eram mantidas em parte por apólices federais, loterias, doações e também por subvenções do estado de Minas Gerais.

21 APM. Circular Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte, 5 de Julho de 1907.

22 APM. Circular Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte, 6 de março de 1923.

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Constam nos relatórios, tanto nos produzidos pelas próprias associações quanto nos dos promotores em suas visitas de fiscalização, balancetes com listas nominais de doadores. Se considerarmos as outras pesquisas sobre a assistência, citadas no decorrer deste trabalho, conclui-se que no Brasil houve o predomínio de uma ação combinada entre sociedade e poder público. A caridade foi o estímulo inicial para o auxílio aos pobres, pois a religiosidade católica exerceu influência direta sobre o tratamento dado à pobreza no país.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Cristiana Viegas de. (2007). 'Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX'. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.
- Botelho, Tarcísio R. (1998). *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo.
- Botelho, Tarcísio Rodrigues, Braga, Mariângela Porto, Andrade, Cristiana Viegas de. (2007). *Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54.
- Bourdieu, Pierre. (1996). *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus.
- Castel, Robert. *apud* Geremek, Bronisław. (1995). *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. (1400-1700)*. São Paulo: Cia das letras.
- Castel, Robert. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes. pp. 63-65.
- Cavallo, Sandra. (1998). 'Charity as Boundary making: social stratification, gender and the family in the Italian states (XVII and XIX centuries)'. In Cunningsmam, Hugh and Innes, Joanna (eds). *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London, Macmillan Press.
- Dulci, Otávio Soares. (1999). *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Fernandes, Liliane Alves. (2009). *As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira 1922-1945*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Portugal, Mestrado em Políticas de Bem-Estar em Perspectiva, Evolução, Conceitos e Actores, Phoenix Erasmus Mundus, Dynamics of Health and Welfare.
- Fonseca, Thais Nivia de L. (2008). 'Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814)'. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13, n. 39 set./dez. pp. 535-544.
- Godelier, Maurice. (2011). *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- IBGE. (1990). *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª Ed. v 3. Rio de Janeiro: IBGE, p. 31-32.
- Kidd, Alan. (1999). *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press, p. 17.
- Mattos, Hebe Maria. (1995). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Monteiro, Norma de Goés. (1974). *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889/1930)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- Pinheiro, Luciana Araújo. (2003). *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, julho de 2003.
- Pires, Anderson. (2009). *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889/1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, p. 27.
- Rizzini, Irene. (2006). *O Movimento de Salvação da Criança no Brasil: Idéias e Práticas Correntes de Assistência à Infância Pobre na Passagem do Século XIX para o XX*. Congresso Brasa VIII Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA 13-16 de outubro de 2006.
- Sanglard, Gisele. (2008). *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Santos, Patrícia Ferreira. (2011). 'As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII'. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11 (2011): 195-221.
- Saraiva, Luiz Fernando. (2002). 'Estrutura de Terras e Transição do Trabalho em um Grande Centro Cafeeiro – Juiz de Fora 1870-1900'. Artigo apresentado no X Seminário sobre a Economia Mineira. p. 7. <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D12.PDF>>.
- Souza, Laura de Mello. (1986). *Os desclassificados do ouro*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAAL.
- Souza, Marco A. de. (2004). *A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. Newton Paiva.

- Souza, Samuel Fernando de. (2009). “*A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica*”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923–1932). *Cad. AEL*, v. 14, n.26.
- Tomaschewski, Cláudia. (2007). *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847–1922)*. PUC – RS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre.
- Venâncio, Renato Pinto. (1988). *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. Mestrado em História. USP.
- (1999). *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus.
- (2000). ‘Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais, 1775–1875’. *Diálogos*, Maringá, v. 4, n.4, 2000..
- (org.) (2010). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII–XX*. São Paulo: Alameda/ Editora PUC Minas.

*Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil*

